

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA I**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na peça prática, esses valores corresponderão a **30,00 pontos** e **1,50 ponto**, respectivamente.

-- PROVA DISCURSIVA I --

QUESTÃO 1

O governador do estado X ajuizou ação direta de inconstitucionalidade em face do seguinte dispositivo da constituição do referido estado.

“Art. 200. Lei complementar de iniciativa do Ministério Público especial que oficia perante o Tribunal de Contas disporá sobre sua organização.
Parágrafo único. Aplicam-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no que couber, os princípios e normas constantes desta Seção, pertinentes a garantias, direitos, vedações, vencimentos, vantagens e forma de investidura de seus membros.”

Com base na situação hipotética apresentada e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, redija um texto posicionando-se acerca da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da referida norma hipotética — art. 200, *caput*, e parágrafo único. Em seu texto, indique os dispositivos constitucionais pertinentes e discorra sobre os seguintes aspectos:

- 1 autonomia jurídica e iniciativa legislativa do Ministério Público que oficia perante o tribunal de contas (Ministério Público especial); [valor: 4,00 pontos]
- 2 exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial; [valor: 1,50 ponto]
- 3 equiparação prevista no parágrafo único entre os princípios e normas aplicáveis ao Ministério Público comum e ao Ministério Público especial. [valor: 4,00 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 2

A região de Santarém – PA experimenta período de estiagem prolongada e anormal, dados os índices pluviométricos médios no período, o que está acarretando prejuízos econômicos aos agricultores da região. O prefeito do município de Santarém – PA pretende conceder auxílio financeiro emergencial aos agricultores da região, para compensar as dificuldades financeiras prementes e a insegurança alimentar que eles vêm enfrentando em razão da seca. Os recursos necessários não estão previstos na lei orçamentária anual do exercício em curso, mas o prefeito pretende viabilizar o imediato pagamento do auxílio.

Em face dessa situação hipotética, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Indique a classificação legal, no que diz respeito à categoria econômica, da despesa gerada pelo pagamento do referido auxílio. **[valor: 1,00 ponto]**
- 2 Discorra sobre a viabilidade constitucional e legal da adoção do mencionado programa de auxílio financeiro. **[valor: 1,00 ponto]**
- 3 Apresente as alternativas possíveis, em tese, para a adoção do programa. **[valor: 2,00 pontos]**
- 4 Aborde as providências cabíveis para que o Poder Executivo possa viabilizar o pagamento do auxílio financeiro, de acordo com o previsto na Constituição Federal e na Lei n.º 4.320/1964. **[valor: 2,00 pontos]**
- 5 Indique os requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/ 2000) para o pagamento do auxílio. **[valor: 3,50 pontos]**

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 3

São comuns no setor público transações em que uma entidade recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. A natureza das transações sem contraprestação pode impactar a forma pela qual elas são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas, no sentido de dar suporte às avaliações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos.

Considerando que as informações precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto a respeito da forma como devem ser reconhecidas, mensuradas e evidenciadas as transações sem contraprestação, de acordo com a 8.^a edição do **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP). Em seu texto, atenda o que se pede a seguir.

- 1 Explique em que momento a entidade deve reconhecer o ativo oriundo de uma transação sem contraprestação. **[valor: 4,50 pontos]**
 - 2 Apresente a base em que a entidade deve mensurar inicialmente o ativo oriundo de uma transação sem contraprestação, explicando o conceito dessa base. **[valor: 2,50 pontos]**
 - 3 Com relação à evidenciação, explique como se deve proceder no caso de o ente público receber um item oriundo de uma transação sem contraprestação que possua características essenciais de ativo, mas que não satisfaça os critérios para seu reconhecimento. **[valor: 2,50 pontos]**
-

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

PEÇA PRÁTICA

Um município do estado do Pará foi devidamente criado por lei e instalado em 1.º de janeiro de 2017, tendo sido o seu primeiro prefeito eleito em outubro de 2016.

A equipe de auditoria do tribunal de contas observou que, no decorrer do mandato, o referido prefeito encaminhou à Câmara de Vereadores projetos de lei, todos aprovados, referentes à lei orgânica do município, à criação de órgãos públicos, à criação de cargos públicos e à instituição do ISSQN e do IPTU, além dos projetos de lei orçamentária de cada exercício.

Na auditoria, verificou-se, ainda, que, desde sua instalação até o primeiro quadrimestre de 2020, o município atendera aos limites de despesa com pessoal exigidos na legislação, mas, em julho de 2020, a Câmara de Vereadores aprovou lei que o prefeito sancionou, elevando a remuneração geral do município, retroativa ao primeiro dia daquele mês, de forma que, ao final daquele exercício financeiro, os gastos com o pagamento de servidores totalizaram R\$ 3.300.000, dos quais a quantia de R\$ 1.200.000 correspondia a cargos comissionados; a de R\$ 1.300.000, a mão de obra terceirizada; e a de R\$ 500.000, a Câmara dos Vereadores. Além dos R\$ 3.300.000, a prefeitura pagou, também, durante o ano, R\$ 800.000 de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.

Todas as demais despesas, destinadas à manutenção dos serviços públicos, totalizaram R\$ 1.000.000. A receita corrente do município em 2020 foi de R\$ 3.000.000 provindos de IPTU, R\$ 1.000.000, de ISSQN e R\$ 500.000, de transferências da União e do estado do Pará.

O total dos gastos com educação foi de R\$ 750.000.

Para suprir o déficit, o município tomou, em junho de 2020, um empréstimo por antecipação de receita, no total de R\$ 200.000, e uma operação de crédito de longo prazo, de R\$ 300.000.

Em 31 de dezembro de 2020, o prefeito concluiu seu mandato, tendo deixado restos a pagar de R\$ 100.000.

Com base na situação hipotética apresentada, emita, na condição de subprocurador de contas, parecer devidamente fundamentado acerca das contas da prefeitura em 2020, à luz dos fatos narrados pela auditoria. Ao elaborar seu parecer, dispense o relatório e aborde os seguintes aspectos:

- 1 eventuais irregularidades, com a quantificação de seus valores, quando cabível; **[valor: 18,50 pontos]**
 - 2 determinações a serem observadas pela atual gestão (de 2021 até o final do mandato) acerca da despesa com pessoal; **[valor: 5,00 pontos]**
 - 3 consequências que devem advir dos achados de auditoria, segundo o direito aplicável. **[valor: 5,00 pontos]**
-

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

PEÇA PRÁTICA – RASCUNHO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	